

Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Leonardo Batista Pedroso
(Organizadores)

Geografia, Ensino e Construção de Conhecimentos



Atena
Editora

Ano 2021

Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Leonardo Batista Pedroso
(Organizadores)

Geografia, Ensino e Construção de Conhecimentos



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Geografia, ensino e construção de conhecimentos

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Leonardo Batista Pedroso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia, ensino e construção de conhecimentos /
Organizadores Fernanda Pereira Martins, Raquel Balli
Cury, Leonardo Batista Pedroso – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-968-4

DOI 10.22533/at.ed.684210904

1. Geografia. I. Martins, Fernanda Pereira
(Organizadora). II. Cury, Raquel Balli (Organizadora). III.
Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A escola se traduz enquanto um espaço plural, onde o conhecimento manifesta-se de diferentes maneiras, sejam elas provenientes de experiências e vivências, bem como de aspectos teórico-metodológicos e técnicos de cada área do conhecimento.

A Geografia, não obstante da importância das demais disciplinas, destaca-se pela notoriedade quanto à visão crítica do mundo, fruto da compreensão das dinâmicas inerentes ao espaço geográfico. Discutir Geografia é, antes de tudo, discutir o espaço vivido, transformado, particular e plural. As experiências deste vasto mundo não se segregam daquelas praticadas no ambiente escolar. Muito pelo contrário, este é apenas um dos fragmentos do espaço geográfico onde materializam-se questões culturais, étnicas, econômicas e sociais como um todo.

Diferente dos demais espaços onde os aspectos geográficos são moldados, a escola representa essa construção, mas também a sua compreensão e abstração. Adornar criticamente a visão que temos do mundo é uma das funções delegadas ao ambiente escolar, cerne da construção do conhecimento.

Essa visão romântica e até mesmo quase poética da ciência geográfica é a tradução simples da complexidade de relações que essa ciência nos proporciona no cotidiano escolar.

Este livro está constituído por 18 capítulos, que remontam distintas experiências neste contexto supracitado, cada qual com sua expertise e contribuições epistemológicas.

Esperamos que os relatos, conhecimentos e experiências apresentados aqui sejam de grande valia para a construção de saberes e enriquecimento da Geografia brasileira. Que seja uma leitura agradável e profícua.

Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
Leonardo Batista Pedroso

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A GEOGRAFIA HUMANA E SUAS PAISAGENS: DIAGNÓSTICO PARA O FORTALECIMENTO DA MARCA IFG, CAMPUS GOIÂNIA, GO

Anna Lara Rodrigues
Bruna Martinelle Cyrillo da Silva
Gabriel de Araújo Fonseca
Fábio Carvalho
Júlia Lopes Machado
Júlio César Caixeta
Lídia Milhomem Pereira
Lucas Alves de Santana Garcia
Tallyson da Silva Santos Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.6842109041

CAPÍTULO 2..... 15

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Severino Alves Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.6842109042

CAPÍTULO 3..... 24

A PERCEÇÃO DOS ENTES FEDERADOS QUANTO A VISIBILIDADE EDUCATIVA MEDIANTE A BNCC COM FOCO NA GEOGRAFIA NOS ANOS FINAIS

Bernadeth Luiza da Silva e Lima

DOI 10.22533/at.ed.6842109043

CAPÍTULO 4..... 36

ABORDAGEM DA TEMÁTICA GEOCONSERVAÇÃO/PATRIMÔNIO GEOLÓGICO PELO DOCENTE DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL BÁSICO

Karlos Augusto Sampaio Junior
Adriana Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.6842109044

CAPÍTULO 5..... 48

COMO É REPRESENTADO O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO

Antuerber Arthur Alves Farias da Luz

DOI 10.22533/at.ed.6842109045

CAPÍTULO 6..... 58

ENSINAR EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM EM SÃO GONÇALO: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Ana Claudia Ramos Sacramento
Guilherme Freitas Hartmut Behm

DOI 10.22533/at.ed.6842109046

CAPÍTULO 7	75
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA Gabriel de Miranda Soares Silva DOI 10.22533/at.ed.6842109047	
CAPÍTULO 8	83
OFICINAS LÚDICAS COMO APORTES DO ENSINO DA GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MONTES CLAROS – MG Iara Maria Soares Costa da Silveira Túlio de Oliveira Ruas DOI 10.22533/at.ed.6842109048	
CAPÍTULO 9	92
RELEVO E ENSINO: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA GEOGRAFIA ESCOLAR EM MANAUS-AM Carlos Silva da Costa Brito Miguel Sá de Souza Brito Adorea Rebello da Cunha Albuquerque DOI 10.22533/at.ed.6842109049	
CAPÍTULO 10	102
A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À CIDADE Glória da Anunciação Alves DOI 10.22533/at.ed.68421090410	
CAPÍTULO 11	110
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: A DESARTICULAÇÃO E DESAGREGAÇÃO TERRITORIAL NOS FAXINAIS DO PARANÁ Reinaldo Knorek Ancelmo Schörner Rui Pedro Julião Carlos Alberto Marçal Gonzaga DOI 10.22533/at.ed.68421090411	
CAPÍTULO 12	122
ESTIMATIVA DA TEMPERATURA DA SUPERFÍCIE DO MAR VIA SENSORIAMENTO REMOTO E DETECÇÃO DO FENÔMENO DE RESSURGÊNCIA, UMA COMPARAÇÃO ENTRE MARROCOS E PORTUGAL Thyago Anthony Soares Lima DOI 10.22533/at.ed.68421090412	
CAPÍTULO 13	139
LAGO DO REMANSO, CONHECER PARA PROTEGER Angela Maria Correa Mouzinho Santos Alexsandra Maura Costa Bernal Martin João Pedro Araújo Silva Daniel Cutrim Aires	

Ronilson Lopes Brito
Vagner de Jesus Carneiro Bastos
DOI 10.22533/at.ed.68421090413

CAPÍTULO 14..... 155

MIGRAÇÕES E O AUMENTO DO NÍVEL DO MAR: O CASO DOS ESTADOS DAS ILHAS ATOL

Gabriela Mendonça da Trindade
João Vitor Cepinho
Gabrielly Zuquim Ferreira Pereira

DOI 10.22533/at.ed.68421090414

CAPÍTULO 15..... 167

OLHARES SOBRE A MEMÓRIA E TERRITORIALIDADE NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS EM CUIABÁ-MT

Sônia Regina Romancini
João Marcos de Campos Barros Corrêa
Franciellen de Almeida Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.68421090415

CAPÍTULO 16..... 178

POLÍTICA DE ATRAÇÃO DE INDÚSTRIAS NA BAHIA E OS PROGRAMAS DE INCENTIVO FISCAL NA DÉCADA DE 1990

Vanessa da Silva Vieira

DOI 10.22533/at.ed.68421090416

CAPÍTULO 17..... 187

REVITALIZAÇÃO DO CÓRREGO BARRO ALTO

Maria Ivanúbia de Queiroz
Edna Sousa Nunes
Izabel Liandra Pereira Meireles

DOI 10.22533/at.ed.68421090417

CAPÍTULO 18..... 196

TERRITÓRIOS DA MORTE, DO MEDO E DE RESISTÊNCIA LGBTQIAP+: POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DAS MORTES, DO MEDO E DAS RESISTÊNCIAS CONSTRUÍDAS POR CORPOS DISSIDENTES

Wilians Ventura Ferreira Souza
Carlos Alberto Feliciano

DOI 10.22533/at.ed.68421090418

SOBRE AS ORGANIZADORES..... 207

ÍNDICE REMISSIVO..... 208

MIGRAÇÕES E O AUMENTO DO NÍVEL DO MAR: O CASO DOS ESTADOS DAS ILHAS ATOL

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Gabriela Mendonça da Trindade

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG): Mestrado em Direito e Justiça Social
Rio Grande- RS
<https://orcid.org/0000-0002-9265-353X>

João Vitor Cepinho

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG): Graduação em Relações Internacionais
Santa Vitória do Palmar- RS
<https://orcid.org/0000-0002-3294-5135>

Gabrielly Zuquim Ferreira Pereira

Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (FURG): Graduação em Comércio Exterior
Santa Vitória do Palmar- RS
<https://orcid.org/0000-0002-3652-2383>

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar o Caso das Ilhas de Atol, a ameaça real que elas sofrem e as prováveis consequências. Como introdução será apresentado os conceitos de Migrantes e Refugiados, as causas que levam essas pessoas a tomarem uma medida tão drástica e o que o aumento do nível do mar em relação as Linhas de Base e os Deltas pode causar no país, territorialmente e humanamente. Ademais, outros pontos como sugestões para

lidar com as previsões e possíveis mudanças no regime internacional, são expostos com o intuito de evidenciar a inflexibilidade dos organismos do Direito Internacional e frisar a atenção aos Tratados Bilaterais como principal alternativa, levando em conta possíveis resultados avançados, no contexto social, político e econômico. Todavia, para o desenvolvimento, utiliza-se dados e informações de artigos científicos, Institutos nacionais e internacionais, além dos próprios Tratados relacionados ao tema, como a UNCLOS. Contudo, conclui-se que de acordo com os níveis crescentes do oceano, as Ilhas de Atol estão sujeitas a desaparecer, fato que acarreta preocupações além de suas fronteiras, pois uma suposta crise humanitária afetaria Estados alheios.

PALAVRAS - CHAVE: Ilhas de Atol; Migrantes; Nível do Mar; Limites Territoriais; tratados.

MIGRATIONS AND THE INCREASED LEVEL OF THE SEA: THE CASE OF THE STATES OF ATOLL ISLANDS

ABSTRACT: This paper aims to introduce the Case of Atoll Island States, the real threat they suffer and the likely consequences. As introduction it will be stated the concepts of Migrants and Refugees, the reasons why those people choose to take such a drastic measure and what the increase of the sea level in relation to the Baselines and Deltas can cause to a country, territorially and humanely. In addition, other points as suggestion to deal with the forecasts and possible changes in the international regime, are exposed with the order to demonstrate the

inflexibility of the organisms from International Law and stress the attention to Bilateral Treaties as the principal alternative, considering the possible advanced results, in the social, political and economical context. However, to the development, it is used data and information from scientific articles, national and international institutes, besides treaties related to the theme, as UNCLOS. However, it is concluded in according to the steady increase of the sea level, the Atoll Island States are subject to disappear, fact that entails concerns besides the border, because an alleged humanitarian crisis would affect foreign States.

KEYWORDS: Atoll Island States, Migrants and Refugees, Sea level, Deltas and Baselines.

1 | INTRODUÇÃO

Existem muitas previsões sobre a mortalidade dos corais e elevação do nível do mar, no qual muitos atóis em grande parte do mundo poderão ficar submersos no final do século XXI e no século XX. Logo, se não congregarem medidas de adaptação significativas, supõe-se que poderia levar ao desaparecimento de todo o território de alguns Estados insulares do Atol, entre eles: Kiribati, Tuvalu, Maldivas e Ilhas Marshall. Isso forçaria seus habitantes a se mudarem para outros países.

É importante ressaltar, que de acordo com Yamamoto e Esteban (2014) é duvidoso que esses piores cenários mencionados anteriormente se concretizem, diante da resiliência geomorfológica das ilhas e o leque de medidas de adaptação que são possíveis.

No presente artigo, os autores analisam medidas protetivas e maneiras que melhor protegeriam as comunidades afetadas dessas atrocidades, e se as Ilhas Atol desaparecerem. Para melhor analisar essas situações, buscamos exemplos de outros casos em que as comunidades foram afetadas, incluindo Estados da Ilha Atol, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), bem como outros arquipélagos.

Yamamoto e Esteban (2014) ressaltam que a essência do deslocamento induzido pela mudança climática dificulta a definição do escopo de proteção para as pessoas, uma vez que não existe uma linha clara que separe o descolamento voluntário e forçado em deslocamentos lentos ou de início súbito.

Para Burson e Bedford (2013) o deslocamento voluntário ocorre quando há uma escolha entre diversas opções, enquanto o deslocamento forçado ocorre quando várias condições, como redução da disponibilidade de alimentos e água, perda de infraestrutura, exposição a problemas de saúde e ferimentos.

Com relação ao deslocamento por mudanças climáticas, de acordo com Weiss (2000), ele não é regulado por nenhuma convenção, além da Convenção da União Africana para a Proteção e Assistência de Deslocados Internos na África (Convenção de Kampala), que entrou em vigor em 2012. O autor relata que este instrumento estabelece que os Estados Partes podem tomar medidas de proteção e ajudar as pessoas que foram deslocadas internamente devido a riscos naturais ou causados pelo homem, incluindo mudanças climáticas. O mesmo autor (2000), menciona que o quadro atual que os

formuladores de políticas vinculam à proteção dos deslocados da mudança climática se concentra principalmente em torno dos instrumentos existentes de direitos humanos e direito ambiental, que são abundantes em instrumentos de Soft Law.

Para Shelton (2009) os próprios instrumentos não têm uma definição aceita, mas geralmente se referem a qualquer instrumento internacional escrito, que não seja um tratado, contendo princípios, normas, padrões ou outras declarações de comportamento esperado. Deve-se haver diferentes tipos de propostas diante dos deslocamentos entre as tantas atrocidades nas Ilhas atol que fazem com que as pessoas saiam dos seus países, Yamamoto e Esteban (2014) construíram algumas propostas, dentre elas: alterar a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951; adicionar um protocolo à Convenção-Quadro das Nações Unidas de 1992 sobre Mudança do Clima; ou criar uma nova convenção internacional. No decorrer do artigo, essas diferentes propostas irão ser comentadas, bem como a viabilidade delas que foram mencionadas anteriormente.

21 ONU – MIGRANTES E REFUGIADOS

As migrações internacionais ocorrem de países subdesenvolvidos para países desenvolvidos. Se dá por diferentes motivos, como: conflitos étnicos, religiosos, políticos etc. Existem dois tipos diferentes de casos onde se tem a mudança de um país para outro como último caso, que são os migrantes e refugiados. De acordo com a ONU, a diferença entre migrantes e refugiados advém do caráter de emergência existente na questão dos refugiados. Os refugiados são definidos e protegidos pelo direito internacional, mais especificamente pela Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados. São pessoas que tiveram que sair forçadamente de um país por perseguição, conflitos, violência e outras questões que perturbam a ordem pública, fazendo com que necessitassem de “proteção internacional”, além de ser perigoso seu retorno ao país.

Já em relação aos migrantes, não existe definição em âmbito internacional e a única norma que os protege são os direitos humanos. Seu processo é voluntário, ainda que tenha causas que os impulsionem a tomar esta decisão radical, bem como a busca por oportunidades melhores de emprego, educação e outras condições que englobam seus familiares, como também desastres naturais, fome ou pobreza. Esses dois grupos sofrem problemas em relação a trabalho, discriminação, intolerância, xenofobia, entre outros, o que torna tão importante em distingui-los é o caráter emergencial dos refugiados, visto que saem de seus países por questões que atentam contra suas vidas de forma mais crítica.

No artigo “Rumo a um novo pacto global para migração” escrito pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, ele explica toda a questão dos migrantes, do por que é necessário que se tenha um Pacto Global para os migrantes, o que os mesmos sofrem quando decidem sair de seus países e como os países desenvolvidos devem trabalhar em conjunto com os subdesenvolvidos de forma a tornar essa questão mais justa para todos, o

que é muito bem estruturado e se torna bem pessoal, pois Guterres é um migrante.

A ONU possui diversas formas de lidar com as questões dos migrantes e refugiados, tendo uma divisão que cuida das questões dos refugiados, a ACNUR. Tendo seu surgimento em 1951, mesmo ano da Convenção que criou o Estatuto dos Refugiados, a ACNUR é o alto comissariado das Nações Unidas para refugiados, ela realiza tarefas como: amparar refugiados dentro de seu país, dar suporte aos que desejam retornar ao seu país e concede asilo. Além de se organizar com os Estados-membros para criar o Pacto Global dos Migrantes e o Pacto Global dos Refugiados, que são separados pelo mesmo motivo que os leva a diferenciar os dois casos.

3 I NÍVEL DO MAR, AS LINHAS DE BASE E OS DELTAS

O aumento do nível do mar traz consequências como: o aquecimento, mudanças no ecossistema, perda de terras, perda de serviços, migrações. E por mais que as consequências do aumento do nível do mar sejam preocupantes as pessoas não demonstram tanta preocupação quando se trata de resolver esse problema, de acordo com Esteban e Yamamoto (2015), visto que até 1990 o nível do mar aumentava 1.7mm por ano, atualmente o nível do mar aumenta 3mm por ano, praticamente o dobro.

Além dos efeitos citados que essa mudança climática causa, ela também tem um grande impacto sobre os deltas. Os deltas são plataformas costeiras formadas pela acumulação de sedimentos em áreas ao redor de rios e montanhas que tem estado por anos relativamente estáveis em relação ao nível do mar. Com o aumento do nível do mar os deltas conduziram mais água para dentro do país fazendo com que o mesmo fosse lentamente inundado não apenas em sua costa, mas também no centro. Isso acarreta uma perda muito grande de território e faria com que as migrações fossem ainda maiores, como é o caso de Bangladesh.

Já as mudanças climáticas referentes as linhas de base têm as mesmas consequências que as dos deltas, porém com o aumento do nível do mar, as linhas de base, que são linhas imaginárias que determinam onde o território do país acaba e onde o território marítimo do país começa, acabariam se deslocando para dentro do país, fazendo com que seu território diminuísse, o que acarretaria em uma diminuição de seu mar territorial, zona contígua, zona econômica etc, em relação ao alto mar. Isso acarretaria problemas grandes em relação aos outros países, pois não existe uma lei ou norma dizendo o que se deve fazer e como deve se calcular a linha de base se ela for deslocada por motivos climáticos. Alguns dizem que se a linha desloca o país simplesmente perde território e pronto, já os países se defendem dizendo que o território deveria continuar a contar como anteriormente, visto que ele não diminuiu em função de algo feito pelo país, mas sim de um motivo climático. O que é o caso do Vietnã.

No artigo “Adaptation strategies in deltas and their consequence on maritime baselines

according to UNCLOS¹ – the case of Bangladesh and Vietnam”, de Lilian Yamamoto e Miguel Esteban, os mesmos apresentam estratégias de adaptação, que são os cenários possíveis que os países podem enfrentar futuramente, e quais os impactos que devem ter. No Cenário 1, não temos mudanças, de alguma forma o nível do mar simplesmente pararia de subir e os países não necessitariam realizar alterações em seu modo de vida. Já no Cenário 2 temos o completo oposto, nele teríamos uma completa inundação, algo que poderia acontecer, mas na realidade acontece de forma lenta, por isso os países teriam tempo de tomar providências para que não ocorresse a completa inundação.

O Cenário 2, apesar de parecer impossível que aconteça, é visto como mais provável que o Cenário 1, considerando a realidade de hoje. Haveriam que ser feitas inúmeras mudanças para que o nível do mar parasse de subir e todos os países, incluindo os mais desenvolvidos, deveriam trabalhar em conjunto para que isso ocorresse, aceitando mudar quase que completamente o modo que tem sido administrado em função disso, uma cooperação a esse nível chega a ser impossível. O Cenário 3 é o mais provável, nele temos o aumento parcial do nível do mar, o mar continuaria a subir, porém os países achariam formas de se proteger que evitasse que o Cenário 2 ocorresse, assim só teríamos o aumento parcial do nível do mar com poucas consequências aos países.

O Cenário 4, como o Cenário 1, é considerado impossível. Nele temos a proteção completa dos países, assim o nível do mar continuaria a crescer, mas todos os países achariam formas de se proteger para que o nível do mar não os afetasse. Isso é considerado impossível por vários motivos, primeiro que os países encontrados em ilhas, com a construção de barreiras, teriam todo seu ecossistema afetado e perderia sua fonte de renda, que é o turismo e a pesca. Os países costeiros e com deltas que também se mantêm com a pesca acabariam sendo afetados radicalmente. Além de que a construção de barreiras ou de outros meios de proteção seria extremamente cara, muitos países não teriam como desembolsar tanto dinheiro e com a perda que sofreriam em sua economia uma vez que fossem construídas as barreiras não haveria como se reestruturarem, então os mesmos ainda poderiam existir, mas o seu modo de viver não tem como ser calculado atualmente.

4 | BREVE DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS ESTADOS DE ILHAS ATOL

Os Estados pertencentes as Ilhas Atol são: Kiribati, Tuvalu, Maldivas e Ilhas Marshall. Neles, existem grandes discrepâncias de renda e infraestrutura. Através disso, de acordo com Kelman (2015) os próprios fatores que dominam as decisões de saída, estão relacionados à pobreza, à falta de recursos e à falta de opções sobre como lidar com as mudanças sociais e ambientais.

¹ UNCLOS. Disponível em: <https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf>

Yamamoto e Esteban (2014) relatam que os Estados não são um grupo homogêneo, com uma variedade de condições socioeconômicas e geográficas que condicionarão o tipo de possíveis medidas de adaptação costeira ao aumento do nível do mar e outras consequências da mudança climática (incluindo aumentos na intensidade de ciclones tropicais, tempestades mais frequentes e severas, surtos ou secas).

Os mesmos autores (2014) mencionam que os Estados que têm ilhas ou arquipélagos tem poucas terras cultiváveis, que se tornam insuficientes, devido ao fato de que importam muito e dependem disso, logo se acontecer algo como o aumento do nível do mar, perdem ainda mais. Os Estados de ilhas atol são pequenos (o que aumentará a pressão por recursos já limitados), têm altos custos de administração pública e infraestrutura, são geograficamente isolados (o que resulta em altos custos para frete e redução de competitividade); e são altamente vulneráveis á riscos naturais (que podem trazer sérias consequências sociais, econômicas e ambientais), de acordo com a Plataforma de Conhecimento de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Yamamoto e Esteban (2014) também descrevem que uma vez que os pontos mais altos destas ilhas estão tipicamente apenas a alguns metros acima do nível do mar, se ocorrer erosão costeira grave como resultado da degradação dos recifes de corais e aumento do nível do mar, os seus habitantes não seriam capazes de se deslocar para áreas mais altas ser forçado a se mudar para outras ilhas ou continentes.

Mc Lean e Kench (2015) asseveram que embora não esteja claro se as ilhas realmente desaparecerão, já que sobreviveram a flutuações passadas nos níveis de água, elas têm considerável resiliência geomorfológica nos sistemas e há pouca evidência de aumento erosão e redução do tamanho das ilhas, há preocupações de que, dado o ritmo acelerado das mudanças climáticas antropogênicas, tais sistemas poderiam ser superados.

Yamamoto e Esteban (2014) congregaram algumas alternativas de proteção para os habitantes dessas ilhas atol. Essas alternativas são possibilidades de alterações para que os habitantes já estivessem preparados caso as ilhas realmente desaparecessem.

5 | ALTERNATIVAS DE PROTEÇÃO PARA OS HABITANTES

Segundo Yamamoto e Esteban (2014) existem dois tipos de deslocamento entre os habitantes das ilhas atol: o deslocamento induzido e o deslocamento voluntário. O deslocamento induzido seria por exemplo, pelas mudanças climáticas, dificultando a definição do escopo de proteção para as pessoas, uma vez que não existe uma linha clara que separe o deslocamento voluntário e forçado em deslocamentos lentos ou de início súbito. Já o deslocamento voluntário ocorre quando há uma escolha entre diversas opções, enquanto o deslocamento forçado ocorre em várias condições, como redução da disponibilidade de alimentos e água, perda de infraestrutura, exposição a problemas de saúde ou ferimentos.

De acordo com Mc Leman (2014), atualmente não há obrigação de um país prestar assistência aos cidadãos de outro país afetado por desastres climáticos ou relacionados ao clima, mesmo quando o Estado afetado não puder prestar assistência à sua própria população. Esses deslocamentos também não são regulados por nenhuma Convenção, apenas a Convenção da União Africana para a Proteção e Assistência de Deslocados Internos na África, cujo nome é Convenção de Kampala.

Para entender quais medidas de proteção para esses habitantes das ilhas atol devem ser tomadas, é importante destacar a diferença de refugiados ambientais e refugiados climáticos. Segundo Mirra (2017), os refugiados ou deslocados ambientais, são as pessoas forçadas a deixar o lugar em que vivem de maneira temporária ou permanente, em virtude de eventos climáticos e ambientais, de origem natural ou humana, que colocam em perigo a sua existência ou afetam seriamente a sua condição de vida.

Logo, o mesmo autor, Mirra (2017) relata que refugiados ou deslocados climáticos são as pessoas que deixaram imediatamente ou estão na iminência de deixar em um futuro próximo o lugar em que vivem, em razão de uma súbita ou gradual alteração do meio natural causada por algum dos impactos realizados pelas mudanças climáticas: aumento do nível dos oceanos, eventos climáticos extremos (tempestades, ciclones, tornados), seca e diminuição da disponibilidade de água.

Ressalta-se então, sobre a proteção dessas pessoas que se encontram como deslocados climáticos e ambientais. Entre as sugestões, Yamamoto e Esteban (2014) discutem sobre estratégias sob a ótica do direito internacional. Para os dois autores, são basicamente três estratégias: alterar a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, adicionar um protocolo à Convenção- Quadro das Nações Unidas de 1922 sobre Mudança do Clima, ou até mesmo criar uma Convenção Internacional.

Para os autores Yamamoto e Esteban (2014) as duas primeiras soluções são controversas e dificilmente serão bem-sucedidas. A alteração da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, exigiria um extenso processo de renegociação, e é improvável que os vários signatários estejam dispostos a estender a proteção oferecida atualmente a uma nova categoria mal definida de “refugiados”. A Convenção de 1951 não oferece proteção para os deslocados por razões ambientais, e para adicionar o deslocamento do clima ao escopo de proteção desta Convenção, seria necessário um extenso processo de renegociação. Com relação à terceira solução, a criação de um novo instrumento que lide com as questões e efeitos climáticos poderia deixar os países de alta e baixa renda preocupados, com relação a aceitar novas obrigações. Os países de alta renda tentaram limitar a proteção oferecida aos estrangeiros em seus territórios, e os países de baixa renda provavelmente não seriam capazes de arcar com os custos maiores envolvidos na recepção de uma nova categoria de pessoas que requer proteção (baixa renda).

Yamamoto e Esteban (2014) descrevem que dada a chance bastante limitada de que uma convenção multilateral seja acordada, existem soluções mais viáveis que têm

sido buscadas pelos países que provavelmente serão afetados pelas mudanças climáticas e pelo aumento do nível do mar. Embora seja improvável que seja tão afetado quanto os Estados da Ilha Atol, Fiji vem discutindo as diretrizes de realocação como um adendo à sua política nacional de mudança climática e para formar uma força-tarefa de mudança climática, e Kiribati desenvolveu a política de migração com dignidade para melhorar as habilidades de sua população, a fim de aumentar suas oportunidades de encontrar trabalho em países estrangeiros. No próprio nível internacional, existe a iniciativa Nansen que não visa criar novos padrões legais, mas seus resultados podem ser alcançados nos níveis nacional, regional e universal e levar a novas leis, instrumentos de “soft law” ou acordos vinculantes.

Como diria Mirra (2017), a opção pela elaboração de uma simples agenda, como a iniciativa Nansen, sem caráter mandatório ou vinculante para os Estados, sem o reconhecimento de direitos específicos e apoiada em soluções a serem adotadas de preferência nos próprios países de origem, não basta para o tratamento de um assunto crucial para o futuro de populações inteiras, que frequentemente se vêem forçadas a abandonar os lugares e os países onde vivem em virtude de eventos climáticos e ambientais para os quais não contribuíram diretamente e de que são as maiores vítimas. Essa nova agenda pode mostrar-se refratária ao ideal de solidariedade entre os povos, pela falta de obrigatoriedade dos compromissos assumidos e pelo caráter discricionário e aleatório da contribuição dos Estados envolvidos.

Para finalizar, Mirra (2017) lembra que seria de extrema importância a consagração de um estatuto jurídico para os deslocados climáticos e ambientais, em um documento internacional de âmbito universal e natureza mandatória, voltado a amparar os deslocamentos transfronteiriços internos e externos, com o reconhecimento específico de direitos fundamentais às pessoas, famílias e grupos forçados a migrar, como proposto por importantes autores do direito internacional e do direito ambiental. E para o autor mencionado anteriormente, essa parece ser a única concepção compatível com um espírito autenticamente comunitário, indispensável à formação de uma civilização mundial humanista.

6 | O AQUECIMENTO GLOBAL E AS IMPLICAÇÕES NO CASO

Se as previsões se tornarem reais, quanto a mortalidade dos corais e o aumento do nível do mar, no fim do século XXI ou durante o século XXII muitos atóis pelo mundo estarão submersos. A exemplo dessa catástrofe, teríamos Kiribati, Tuvalu, Maldivas e ilhas Marshall dentre os primeiros territórios cobertos pelo oceano. E isso torna inerente uma discussão quanto as consequências numa dimensão global, pois de fato se um Estado desaparecer, muitas questões envolvendo o Direito do Mar e o Direito Internacional serão discutidas.

Cabe aqui, trazer alguns questionamentos quanto a provável previsão, lembrando que para tal desenvolvimento de raciocínio, são levados em conta diversos aspectos ambientais ligados ao aquecimento global, uma vez que este é o principal desencadeador dessa preocupação, posto que com a elevação da temperatura média do planeta, os polos estão submissos ao derretimento glacial, que no processo físico de fusão inevitavelmente o nível oceânico aumenta, fato que por si já ameaça drasticamente os atóis (MARCHIORETO, 2010). Ainda assim, leva-se em conta a sensibilidade dos corais quanto a mudanças de temperaturas, pois os atóis se caracterizam pela disposição dessa vida marinha em torno do território. Estes têm funções dignas de proteção das ilhas pois, além de oferecer recursos para o turismo, fauna marinha e alimento, estas construções da natureza são extremamente importantes para a proteção das costas contra as marés, inibindo a cinética das ondas. E com a aquecimento da água, os recifes de corais estão morrendo aos poucos devido a vulnerabilidade das espécies, posto que a variação de temperatura aquática torna o habitat natural deles impróprio para o desenvolvimento (YAMAMOTO; ESTEBAN, 2014).

Há algumas opções que os Estados podem recorrer para maiores prejuízos no âmbito geral, e para isso entende-se aqui que os Tratados são condição indispensável para o problema, além disso a expectativa sobre o Direito Internacional é crescente, visto que o fato pode coagir mudanças a convenções internacionais como a “United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS)” sobre o Direito do Mar, contudo este da mesma forma com que é tido como chave para a adaptação aos contratempos, também é criticado pela inflexibilidade, em virtude da resistência a mudanças, sendo que essa só ocorre de maneira rígida quando há lesões, mas não o faz como precaução (YAMAMOTO; ESTEBAN, 2014).

7 | SOBERANIA DOS ESTADOS E O DIREITO INTERNACIONAL

Buscando entendimento quanto as medidas a serem tomadas, constantemente os Estados ameaçados irão se deparar com barreiras que consistem o Sistema Internacional, mas há ainda que compreender que de fato não há como ter convicção de que a submersão dos Estados ocorrerá, pois como se evidenciou desde o início, é uma previsão sugerida e, por este motivo, está sujeita a desconstrução ou reafirmação. Ademais, este artigo procura trabalhar com evidências concretas para certificar que são necessárias mudanças nas estruturas do Direito Internacional, pois uma suposta mudança de regime referente ao caso, serviria como prevenção de maiores crises humanitárias se a hipótese se concretizar.

Dentre as diversas complicações, teríamos atrito com conceitos básicos referentes a soberania dos Estados, pois a imersão desses países ameaçados acarretaria o desaparecimento de seus territórios, um componente de “*conditio sine qua non*”² para a

2 O Sine Qua Non é uma expressão comumente utilizada no direito e tem origem do latim, significa “algo que sem o qual não pode ser”; ou seja, condição indispensável; essencial; fundamental. Disponível em: <<https://dicionariodireito.com.br/sine-qua-non>>

existência de um Estado. Como disposto no Art.1 of the Montevideo Convention on the Rights and Duties of States³ (1933): *“The state as a person of international law should possess the following qualifications: (a) a permanent population; (b) a defined territory; (c) government; and (d) capacity to enter into relations with the other states”* (p.3)

Sendo assim, além desse temor, a ausência do território, determinaria a emersão de impasses humanitários, pois sem Estado a população poderia se tornar predominantemente apátrida, uma vez que no Direito Internacional são tratadas duas visões nesse segmento, que determinariam a espécie de apatridia. Para melhor entendimento, dois conceitos são tidos, de facto e de jure, que caracterizam a qual grupo um apátrida se adequa (YAMAMOTO; ESTEBAN, 2014). Para isso tem-se:

UNHCR has had a mandate for stateless persons ever since the Office was established in 1950. Originally, that mandate only extended to stateless persons who are refugees. As discussed in Part I below, refugees who do not have a nationality at all are “de jure stateless”, whereas refugees who do have a nationality are “de facto stateless”. However, whereas all refugees are stateless, many stateless persons are not refugees (UNHCR, 2010).

Sendo assim, há polêmica quanto as definições, pois entende-se que o apátrida de jure é o convencional, aquele que não possui nenhuma nacionalidade, enquanto o de facto tem uma nacionalidade e no presente artigo é o que se enquadraria no problema. Para que os nacionais das ilhas se tornassem apátridas de jure, seria necessário que o Estado anulasse suas nacionalidades o que seria pouco provável. Contudo para que se concretizasse a apatridia, bastaria o desaparecimento do território por submersão, pois haveria desestruturação total da capacidade administrativa do governo, além de impossibilitar qualquer proteção a sua população.

Em consequência disso, a UNHCR⁴ sugere que os nacionais, com o apoio do país busquem uma segunda nacionalidade como uma alternativa para o ápice da questão, desta forma de modo hipotético, as pessoas estariam livres da apatridia. Ainda levando em conta que uma catástrofe nessa magnitude se desenvolveria de modo crescente e não repentino. Alguns países com melhores condições abrem precedentes para adquirir domínio sobre territórios comprados de Estados estrangeiros. Ademais o foco dos argumentos é acreditar nos Tratados Bilaterais firmados entre países ameaçados e outros com melhores condições financeiras e tecnológicas para buscar alternativas, visto que em sua grande maioria, as ilhas de atol pertencem a países pouco abundantes em recursos.

3 MONTEVIDEO CONVENTION ON RIGHTS AND DUTIES OF STATES. Disponível em: <<https://www.ilsa.org/Jessup15/Montevideo%20Convention.pdf>>

4 UNHCR. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/>>

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, os níveis do mar estão aumentando com o aquecimento global, logo é importante que a comunidade internacional se atente a essa questão, pois não só as ilhas de atol estão correndo o risco, mas também todos aqueles Estados costeiros, incluindo, os maiores e mais populosos como China, Rússia, Estados Unidos, Índia, Bangladesh e o Brasil com milhões de pessoas afetadas pelas inundações (INSTITUTO HUMANITAS, 2016). Essa ameaça num futuro não muito distante ocasionaria ainda mudanças nos limites marinhos, considerando um recuo da linha de base com o avanço do mar.

Já como alternativas a se discutir, surge a questão de reivindicação da soberania diante de ilhas artificiais, ainda que seja algo distante, não deixa de ser uma alternativa futura, mesmo que atualmente seja impossível, envolveria mudanças no sistema da CONVEMAR. Ademais, é necessário entender que a maioria dos atóis são carentes de recursos financeiros, diferentemente dos países baixos, por exemplo, que detêm alta tecnologia na disposição de recursos e infraestrutura que barram o avanço do mar diante do território, mesmo que em alguns pontos o terreno esteja abaixo do nível do mar.

Por fim, conclui-se que os Tratados sejam a melhor forma de buscar caminhos alternativos de modo que estes trazem benefícios para ambas as partes, levando em conta interesses nos mais diversos setores, sejam econômicos, políticos ou sociais. Em caso de Tratados regionais, para o objetivo em comum, estes se consolidariam com o princípio da cooperação geopolítica. E em Tratados com Estados continentais poderiam consistir maior fornecimento de recurso, seja em infraestrutura ou tecnologia.

REFERÊNCIAS

Burson, B., and R. Bedford. “**Clusters and hubs: toward a regional architecture for voluntary adaptive migration in the Pacific**”. The Nansen Initiative, 2013.

GUTERES, Antonio. **Artigo: Rumo a um novo pacto global para migração**. Disponível em: <nacoesunidas.org/artigo-rumo-a-um-novo-pacto-global-para-migracao>. Acesso em: 13 de maio de 2019. **Qual a diferença entre refugiados e migrantes**. Disponível em: <nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

MARCHIORETO, Renata. **AQUECIMENTO GLOBAL: Uma investigação das representações Sociais e Concepções de alunos da escola básica**. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências, Usp, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde04082010111309/publico/Renata_Marchioretto_Muniz.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

McLeman, R.A. **Climate and human migration- past experiences, future challenges**. Cambridge University Press, New York, 2014.

McLean, R., and P. Kench. “**Destruction or persistence of coral islands in the face of 20th and 21st century sea-level rise?**”, Wires Climate Change, 2015.

MIRRA, Álvaro. **A questão dos “refugiados” climáticos e ambientais no Direito Ambiental.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-22/ambiente-juridico-questao-refugiados-climaticos-ambientais-direito-ambiental>>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

Kelman, I. **“Difficult decisions: Migration from Small Island Developing States under Climate Change”, *Earth’s Future*, 2015.**

Kelman, I., R. Stojanov, S. Khan, O.A. Gila, B. Duzi, and D. Vikhrov. **“Viewpoint paper. Islander mobilities: any change from climate change?”**, *International Journal of Global Warming*, 2015.

UNISINOS, Instituto Humanitas. **Os países mais ameaçados pelo aumento do nível do mar.** 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/563021os-paises-mais-ameacados-pelo-aumento-do-nivel-do-mar>>. Acesso em: 15 maio 2019.

UNISINOS, Instituto Humanitas. **Os países mais ameaçados pelo aumento do nível do mar.** 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/563021-ospaises-mais-ameacados-pelo-aumento-do-nivel-do-mar>>. Acesso em: 15 maio 2019.

YAMAMOTO, Lilian; ESTEBAN, Miguel. **Adaptation strategies in deltas and their consequence on maritime baselines according to UNCLOS-the case of Bangladesh and Vietnam.** Elsevier: *Ocean & Coastal Management*. [s.i.], p. 25-33. abr. 2015.

YAMAMOTO, Lilian; ESTEBAN, Miguel. **Future Atoll Scenarios: Adaptation Strategies and Their Implication Under UNCLOS.** *Atoll Island States And International Law*, [s.i.], p.121-174, 9 jul. 2013. Springer Berlin Heidelberg.

YAMAMOTO, Lilian; ESTEBAN, Miguel. **Migration as an Adaptation Strategy for Atoll Island States.** *International Migration*, [s.i.], v. 55, n. 2, p.144-158, 13 jan. 2017. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/imig.12318>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos surdos 6, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22

Análise de SWOT 7, 8

Anos Finais 6, 24, 29, 30, 31, 32, 34, 35

B

Bahia 8, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 205, 206

BNCC 6, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 79, 192

C

Cartografia 64, 75, 78, 79, 81, 82

Centralidade Periférica 102, 105

Cuiabá 8, 24, 28, 34, 48, 75, 76, 82, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 177

D

Desenvolvimento Comunitário 7, 110, 111, 113, 114, 119, 120

Direito à cidade 7, 102, 103, 108, 109

Docência 36, 75, 82, 85, 207

E

Educação 7, 3, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 58, 62, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 99, 101, 102, 103, 104, 108, 139, 157, 187, 188, 191, 192, 195, 207

Educação Especial Inclusiva 7, 83, 84, 85, 90

Ensino 2, 6, 7, 4, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 108, 139, 191, 207

Ensino de Geografia 16, 21, 23, 78, 82, 92, 93, 98, 101

Espacialidade 61, 110, 114, 118

Espaços não-formais 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 73, 74

Estágio 7, 75, 76, 77, 78, 81, 82

F

Fauna 140, 143, 146, 152, 153, 163

Faxinais 7, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Flora 140, 146, 148, 153

G

Geoconservação 6, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47

Geografia Física 74, 79, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99

Goiânia 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 74

I

IFG 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13

Ilhas Atol 8, 155, 156, 159, 160, 161

Incentivos Fiscais 178, 183, 184, 185, 186

L

Lago 7, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

LGBTQIAP+ 8, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205

Livro Didático 6, 37, 38, 41, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 78, 81, 100

M

Memória 8, 13, 30, 167, 169, 176, 177, 207

Migrantes 106, 110, 155, 157, 158, 165

MODIS 122, 125, 126, 137, 138

N

Nível do Mar 8, 143, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 165, 166

O

Oficinas 7, 28, 60, 83, 84, 85, 90

P

Paisagem 2, 5, 6, 7, 9, 13, 38, 41, 59, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 87, 93, 115, 117, 169, 174

PIBID 83, 85, 87, 88, 89, 90

População Negra 48, 56

PROBAHIA 178, 179, 182, 183, 184, 186

R

Relações Étnico-Raciais 48, 51, 52, 53, 56

Relevo 7, 92, 93, 94, 97, 98

Resistência 8, 68, 70, 109, 163, 196, 197, 199, 202, 203, 204

Ressurgência 7, 122, 123, 124, 134

S

São Gonçalo 6, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74

Segregação Socioespacial 7, 102, 103

T

Temperatura 7, 64, 71, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 134, 136, 138, 143, 146, 163, 172

Territorialidade 8, 167, 169, 177

Território 1, 6, 76, 80, 81, 87, 88, 110, 112, 118, 120, 156, 158, 163, 164, 165, 169, 177, 178, 184, 186, 190, 196, 198, 199, 201, 203, 204

Territórios da morte 8, 196, 197, 204

Tratados 62, 86, 155, 163, 164, 165

U

Uso do território 178, 184, 186

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Geografia, Ensino e Construção de Conhecimentos



 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Geografia, Ensino e Construção de Conhecimentos



 **Atena**
Editora

Ano 2021